

RESENHA

SACHS, Ignacy. **DESENVOLVIMENTO: INCLUDENTE, SUSTENTÁVEL, SUSTENTADO**. Rio de Janeiro. Ed. Garamond. 151p. 2004

Rodrigo de Campos Macedo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
rodrigo.macedo@ibge.gov.br

Os critérios para a definição de “Países Menos Desenvolvidos” (PMD’s) são relacionados à baixa renda, escassez de recursos humanos e vulnerabilidade econômica. Possuem em comum o fato de serem prejudicados por uma armadilha de pobreza estrutural em virtude do subdesenvolvimento das forças produtivas, agravado por um ambiente internacional e da falta de compromisso dos países ricos no sentido de lhes dar assistência.

Os PMD’s têm potencial para construir estratégias de desenvolvimento nacional, incluyente, sustentável e sustentado, capazes de quebrar o ciclo vicioso de subdesenvolvimento e pobreza. O fortalecimento de mercados internos dinâmicos melhorariam a competitividade sistêmica das economias nacionais e estimularia um esquema de economias mistas, devidamente regulamentadas por estados desenvolvimentistas, enxutos, limpos e democráticos

O texto se fundamenta nas seguintes pressuposições epistemológicas:

- O desenvolvimento é um conceito multidimensional. O crescimento econômico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental; o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento;
- A necessidade de respeitar os equilíbrios macroeconômicos (o potencial da economia real deve vir primeiro e apenas depois se deve refletir sobre o financiamento do desenvolvimento);
- O trabalho decente deve ser o objetivo central do desenvolvimento. A elasticidade de emprego do crescimento deve ser tratada como a variável estratégica fundamental e não como um parâmetro resultante de escolhas que visam a maximizar a taxa de crescimento do PIB.

Os aspectos estruturais dos PMD’s são relacionados à orientação para a subsistência (sobrevivência), fraca capacidade de poupança (crédito) e vulnerabilidade às importações (dependência).

Atividades de subsistência absorvem mais tempo de trabalho do que as atividades direcionadas ao mercado, o volume de atividades de subsistência e a parcela de tempo disponível para elas devem ser avaliados e explicitamente incluídos numa estratégia de desenvolvimento, já que a modernização das atividades de subsistência teria duplo efeito: inovações técnicas e melhoria da produtividade do trabalho doméstico, tornando-o mais leve. Os progressos significativos podem ser alcançados na racionalização e na modernização das atividades de subsistência usando recursos modestos e dentro de prazos relativamente curtos.

Embora a taxa atual de poupança seja muito baixa, a taxa de extração de excedente é bem substancial. Porém, é mal alocado (financia o consumo conspícuo das elites urbanas, sustenta a administração pública supérflua). O fluxo de ajuda externa poderia crescer muito se os países industrializados alocassem 0,7% do PIB para ajudar os PMD's e a taxa de crescimento do PIB e o volume de investimento podem ser melhorados um pouco se forem exploradas as potencialidades do crescimento puxando o emprego e do desenvolvimento incluyente.

A vulnerabilidade às importações é um componente essencial da armadilha da pobreza que aprisiona os PMD's. Esta vulnerabilidade ocorre em virtude da inexistência de uma indústria doméstica de bens de capital e de capacidade de engenharia, agravadas, em alguns casos, pela dependência de importações de alimentos básicos e de energia.

Os principais obstáculos ao desenvolvimento dos PMD's foram: a) agricultura primitiva incapaz de produzir um excedente de alimentos para abastecer às necessidades de uma população urbana crescente (armadilha ricardiana) e de oferecer as matérias-primas necessárias às indústrias; b) a falta de indústrias manufatureiras, impedindo o fornecimento de implementos e de máquinas agrícolas, fertilizantes e defensivos, que poderiam aumentar a produção agropecuária.

A capacidade de importar é a variável crucial para escapar da armadilha da pobreza, desde que possa ser aumentada por meio da expansão das exportações e pelo acesso a fontes externas de capital em condições razoáveis (sem aumentar a dívida externa).

A saída (da armadilha) terá de ocorrer mediante políticas nacionais que tenham três metas: aumento da poupança doméstica; remoção dos obstáculos institucionais ao desenvolvimento agrícola (reforma agrária e promoção da segurança alimentar) e aumento da capacidade de importação (promoção das exportações, da substituição de

importações de bens baixo valor agregado para bens de alto valor agregado e da eliminação de importação de bens não-essenciais).

O padrão do crescimento perverso é excludente (do mercado de consumo) e concentrador (de renda e riqueza). O desenvolvimento incluyente requer, acima de tudo a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos: assistência aos necessitados, educação, saúde, moradia etc.

O planejamento é necessário para acelerar o crescimento econômico e fazê-lo socialmente necessário. O crescimento não inflacionário e sustentado dependerá de duas variáveis reais: a capacidade de importar e a oferta elástica de alimentos de outros bens de salários. Planejar consiste em comparar padrões alternativos de alocação de recursos escassos para finalidades que competem entre si.

A estratégia de desenvolvimento deveria explorar todas as oportunidades de crescimento produtivo focalizado no emprego, tanto nos setores de atividades naturalmente intensivas em trabalho, quanto nos setores que não sofrem competição internacional por produzirem bens e serviços não-comercializáveis, de maneira a aumentar a elasticidade emprego/crescimento e, possivelmente melhorar o desempenho do país em termos da taxa de crescimento e de investimento.

A produção de bens não comercializáveis que não sofrem concorrência internacional e que oferecem margens de liberdade muito maiores para a opção por técnicas intensivas em trabalho (construção, serviços) e os serviços quase-comercializáveis: alimentos perecíveis e produtos agrícolas que não suportam o custo de transporte e a longa distância.

A produção de biomassa em regime intensivo de trabalho tem um futuro muito promissor dos PMD's: por alcançar a segurança alimentar e assegurar uma oferta elástica de bens de salário (comida); substituição de importação (alimentos básicos e de luxo). A biomassa agrícola, florestal e aquática tem diversos usos potenciais, tais como alimento, ração, matérias-primas para indústria (fibras, plásticos etc.) fármacos e cosméticos.

O autor alerta que na medida em que muitos países tropicais têm condições de dar o pulo do gato na direção de uma civilização moderna, baseada na biomassa e ambientalmente sustentável, seria lamentável que a chave deste desenvolvimento, constituída por biotecnologias, fosse monopolizada por multinacionais sediadas em países industrializados. Por isso, impõe-se um grande programa Sul-Sul de pesquisa em

biotecnologias aplicadas.

Atividades intensivas em trabalho que levam à liberação de recursos adicionais para o desenvolvimento e o investimento. A grande dificuldade é o desenho de esquemas financeiros e organizacionais e de incentivos adequados pra micro e pequenos empreendimentos. O objetivo do crescimento puxado pelo emprego é a geração em números crescentes, de emprego decente. Melhoria de todas as atividades informais que tanta importância têm nos PMD's.

Os pequenos produtores devem sair da informalidade – para tanto faz-se necessário um conjunto de políticas públicas complementares baseadas no princípio do tratamento desigual aos desiguais, de ações afirmativas que favoreçam os pequenos produtores e empreendedores de pequeno porte, visando compensar a desvantagem inicial em relação a empresas maiores, modernas e mais fortes. A saída da informalidade deve ser tratada sob uma perspectiva de longo prazo, nos PMD's, associada a outras transformações da economia real, cuja complexidade vai além da dicotomia formal/informal.

Os PMD's devem formular estratégias nacionais de desenvolvimento baseadas no conceito de desenvolvimento a partir de dentro, socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e sustentado e que eles devem começar a adotar estratégias para fugir da armadilha da pobreza: 1) diminuição da dívida externa; 2) controle internacional sobre os fluxos de capitais; 3) comércio equitativo; 4) atingimento da meta dos 0,7% dos países ricos para ajuda aos PMD's; 5) acesso à tecnologia e remédios essenciais tratados como bens públicos internacionais e não como commodities; 6) empréstimos de longo prazo para aquisição de equipamentos para novas unidades produtivas pagáveis por uma parcela de exportações adicionais geradas por estas unidades e 7) cooperação científica e técnica Sul-Sul, crucial para se criar uma autoconfiança coletiva e para encontrar soluções aos problemas comuns aos países tropicais.

Recebido em 05/09/2014. Aceito para publicação em 31/03/2015.
--